

O complexo agroindustrial

Opiniões 3 de novembro de 1976

no Brasil

Alberto Passos Guimarães (+)

I "Opiniões" 209. 5/1/76

O projeto de mecanização da agricultura do país, nos termos propostos pela Comissão Brasil-Estados Unidos, teria de resultar no fortalecimento das grandes fazendas, na criação de novas e na ampliação das já existentes, à custa do desaparecimento de muitas pequenas propriedades. A crescente utilização do trator exigiria outras práticas "modernizadoras", como o uso de sementes selecionadas e de fertilizantes químicos. Tratores, sementes selecionadas e fertilizantes químicos são insumos que, além de estarem apenas ao alcance dos agricultores ricos, só seriam obtidos, na época, via importações. E as importações precisariam de financiamentos estrangeiros. Depois das importações, viria a substituição das importações, naturalmente com a instalação no país de indústrias subsidiárias dos grandes grupos internacionais, donas de tecnologias avançadas, as quais, para aqui se instalarem, tiveram de ser favorecidas por uma série de concessões e incentivos. Na pág. 11, uma tabela mostra o que terminou acontecendo

Como aconteceu na maioria dos países desenvolvidos, a implantação de uma indústria de insumos modernos, substitutiva de importações geradas pela criação de um mercado especializado, depois de ter, no seio da economia tradicional, emergido e florescido um setor agrícola mais adiantado, não se verifica isoladamente de outras ocorrências. Quando esse setor mais adiantado passa a depender do consumo de máquinas, fertilizantes e defensivos químicos, sementes e rações aperfeiçoadas, já o faz sob a pressão de uma demanda fortemente estimulada pelo crescimento de uma atuante indústria de transformação de produtos agrícolas. Isso quer dizer que os setores industriais fornecedores dos insumos agrícolas só começam a implantar-se a montante da agricultura numa fase ulterior do desenvolvimento da economia, depois de um núcleo de certa magnitude se haver instalado a jusante da agricultura e de este impor, à sua maneira, as quantidades e os tipos de produtos mais conformes às exigências da transformação industrial. Os dois conjuntos de indústrias, um a montante e outro a jusante da produção agrícola, são que compõem, com a agricultura, o complexo agroindustrial.

O quadro que aparece mais adiante mostra de que maneira se vinculam e se interligam esses dois núcleos industriais e permite avaliar o grau de influência que eles exercem sobre o setor agrícola do País (ver Quadro nº 2). Nele foram incluídos 26 856 estabelecimentos industriais, com 557 547 empregados, que produziram, segundo o Censo Industrial de 1970, mercadorias no valor de 34,6 bilhões de cruzeiros. Nesse mesmo ano, também de acordo com o Censo, a produção da agricultura (ver Quadro nº 1) alcançava 25 bilhões de cruzeiros, quase 10 bilhões menos do que os dois núcleos industriais mencionados.

Os dados não possibilitam um cálculo exato do valor das matérias-primas agrícolas consumidas pelas indústrias processadoras, que são as que ficam a jusante do fluxo produtivo da agricultura, mas é fácil supor que a parte do produto agrícola contida no valor das matérias-primas e materiais constantes da penúltima coluna do Quadro nº 2 é bastante grande, pois o total da coluna (21,5 bilhões de cruzeiros) se aproxima muito do total do valor da produção agrícola (25 bilhões de cruzeiros). Se admitirmos, para simples raciocínio, que as indústrias processadoras de produtos agrícolas consomem 70/80% da produção da agricultura, temos configurado uma hipótese em que a capacidade que têm as indústrias processadoras de exercerem influência sobre a agricultura é consideravelmente forte.

As pressões sobre os preços

Já analisamos, noutra parte deste trabalho, as diferentes modalidades pelas quais a influência das indústrias, situadas nos dois pólos do complexo agroindustrial, é exercida no setor agrícola. A primeira dessas modalidades, e talvez a mais importante, é o mecanismo de preços. É do interesse da indústria em geral - e não só dos setores industriais atuantes no complexo agroindustrial - que os preços agrícolas sejam baixos, pois, com isso, os salários na indústria ficam aliviados das pressões decorrentes dos altos custos da alimentação; assim, na medida em que essas pressões ocorrem, os preços agrícolas mais altos causam altas salariais indesejáveis para o conjunto

da indústria. No que toca às indústrias processadoras, altos pre-

ços agrícolas têm dupla inconveniência, primeiro, por afetarem os níveis dos salários e, segundo, por significarem altas nos preços das suas matérias-primas. É, portanto, compreensível que as indústrias à saída do fluxo agrícola estejam duplamente interessadas em pressionar os preços da agricultura no sentido de rebaixá-los tanto quanto seja possível. Já os núcleos industriais, situados à entrada do fluxo, o que querem é aumentar seus lucros, colocando seus produtos ao preço mais alto que possam obter, e estender ao máximo suas vendas, ampliando o número de consumidores de seus produtos, através da ação de uma bem organizada máquina de propaganda e vendas.

Premida entre duas forças, de um lado pelas que a induzem a consumir insumos em quantidades e variedades cada vez maiores, por preços cada vez mais altos, e, de outro lado, pelas que a obrigam a ceder seus produtos a preços mais baixos nem sempre suficientemente compensadores, a agricultura não só tende a perder completamente sua capacidade de decisão, como a ver declinar, mais e mais, sua rentabilidade econômica, à medida que aumenta sua dependência dentro do complexo agroindustrial.

Produtividade versus rentabilidade

Por conseguinte, o progresso tecnológico, que com a industrialização se transmite à agricultura, não está proporcionando a esta atividade os benefícios que dele seriam de esperar. Ao contrário disso, como se vê da comparação entre os dados censitários dos anos de 1940 e 1970, a rentabilidade global da agricultura brasileira registra uma insignificante melhoria. Para alcançar uma produção que cresceu de valor pouco mais de três vezes, foram aplicados insumos que tiveram seu valor aumentado mais de oito vezes. Não se quer dizer que a produtividade em certas áreas não tenha melhorado, como decorrência do empre-

que se pode afirmar e que as melhorias ficaram restritas apenas a uma parcela muito pequena dos estabelecimentos agropecuários, beneficiados de algum modo com o progresso tecnológico. E tanto isso é verdadeiro que, no cômputo geral, essas melhorias na produtividade e eventualmente na rentabilidade dessa parcela menor foram anuladas pela baixa rentabilidade que se verificou na maioria dos estabelecimentos agropecuários, resultando daí produtividade e rentabilidade médias muito inferiores, quando se considera o conjunto da agricultura.

O progresso tecnológico só pôde beneficiar uma minoria de grandes explorações que concentram a propriedade das melhores terras e retêm para si, malgrado as dificuldades que uma distribuição desigual da renda gera para a economia do País, a parte maior dos resultados obtidos no desempenho agrícola.

Entre 1960 e 1970 o consumo de fertilizantes foi triplicado, elevando-se de 304 497 a 998 566 toneladas de nutrientes. O número de tratores cresceu de 63 493 para 156 594 unidades, ou bem mais que o dobro. Contudo, "a produtividade média por área da agricultura brasileira elevou-se apenas ligeiramente" (6) e o produto real agrícola, segundo o Centro de Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas, cresceu somente de 53,4% ou 4,4% ao ano, não chegando a atingir a percentagem da década 1950/1960, que foi de 53,8 por cento.

Reforma agrária às avessas

Uma das graves conseqüências dessa elitização da propriedade agrária é o aumento na concentração da renda verificada em nosso país no decênio 1960/1970, como vários autores demonstraram. O Prof. Albert Fishlow, para citar apenas um desses autores, ao analisar os diversos aspectos da deterioração da distribuição da renda, reconhece que, no âmbito do

problema da pobreza no Brasil "está a produtividade muito baixa

da maior parte da população rural, marginalizada pela modernização e a industrialização" (7). Ruy Miller Paiva destaca um aspecto pouco conhecido mas de suma importância para análise da situação agrária brasileira "a existência de uma alta percentagem de agricultores-empresários de baixa renda", o que, segundo ele, é passível de comprovação através, principalmente, de duas pesquisas. A primeira, realizada pelo próprio R. M. Paiva e o Professor W. H. Nicholls, abrangendo 99 estabelecimentos distribuídos por sete regiões do País, revelou que, além de vários estabelecimentos com rendas negativas (2,5% no Nordeste e 6,8% no Centro-Sul), a maior parte deles (87,5% no Nordeste e 68,8% no Centro-Sul) se enquadrava nos três grupos de rendas mais baixas, apresentando renda líquida média anual equivalente a 6,1 e 5,5 salários-mínimos regionais. Tratava-se de agricultores-empresários explorando estabelecimentos maiores de 300 hectares, que apenas estavam obtendo, na época do levantamento, remuneração mensal de perto de meio salário-mínimo regional em sua atividade de agricultor.

A segunda pesquisa, da autoria de Cláudio R. Contador, baseava-se em levantamentos por amostragem referentes aos anos de 1962-63 e 1969-70, cobrindo respectivamente 1.771 e 509 estabelecimentos, situados nos Estados de São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Ceará e Minas Gerais. Como a primeira, essa segunda pesquisa confirmou a existência de numerosos estabelecimentos de renda líquida negativa, nas duas datas, em proporções superiores a 30% nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

O aspecto novo que emerge dessas duas pesquisas é o de que a pobreza rural deixou de ser uma peculiaridade exclusiva da massa de camponeses e assalariados, pois já atinge parcela ponderável

de agricultores-empresários de não pequeno porte (8).

É preciso pois pensar no que poderia estar motivando essas dramáticas modificações na estrutura da renda agrária, responsáveis, de um lado, pelo aceleramento da concentração da riqueza e, de outro lado, pelo crescente alargamento da área de pobreza.

A busca das causas básicas dessa deterioração na estrutura da renda agrária nos levará certamente à análise da estratégia implantada entre nós na década de 1950, cujos traços fundamentais, como já vimos, foram delineados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e que continuam a constituir o arcabouço dos projetos agrícolas até nossos dias.

Era explicável que os técnicos dos Estados Unidos, membros da Comissão, se orientassem por sua experiência e seus conhecimentos teóricos na escolha de um projeto estratégico feito à imagem e semelhança de um modelo norte-americano de desenvolvimento agrícola. Estranho, porém, é que os técnicos brasileiros, seus colaboradores, tivessem aceitado a mesma linha de ação, sem fazer uso de sua experiência e de seus conhecimentos acerca da realidade brasileira.

Talvez ainda faltassem, em nosso país, dados concretos e provas empíricas sobre muitos aspectos da vida rural e, principalmente, sobre o extremado grau das desigualdades de renda no campo. Mas há de ter influído decisiva-

mente na atitude de nossos técnicos a presença de vários "axiomas" nos círculos intelectuais brasileiros, forjados na medida da conveniência e dos interesses dos países desenvolvidos. Ademais, idéias simplificadoras como a de que "a transferência de mão-de-obra das atividades agrícolas de baixa produtividade para as atividades industriais e de serviços de alta produtividade", assim como a de que "a introdução de inovações poupadoras de terra e de mão-de-obra agrícola" são condições essenciais e indispensáveis para o desenvolvimento econômico eram fáceis de ser admitidas e propagadas; enquanto que as advertências sobre problemas tais como a auto-determinação tecnológica, sobre as tecnologias alternativas ou o pluralismo tecnológico eram de mais difícil aceitação. Na verdade essas últimas questões só começaram a debater-se e a afirmar-se anos mais tarde, na década de 1960, após o surto de descolonização, e quando os países do Terceiro Mundo passaram a reivindicar uma nova ordem econômica.

O ambiente em toda a América Latina era então extremamente favorável à dócil disseminação de "estratégias imitativas", exógenas, coincidentes com os padrões das sociedades desenvolvidas, uma vez que ainda não se havia acreditado na possibilidade e na necessidade de elaborar-se estratégias próprias, endógenas, ditadas pelos interesses das sociedades subdesenvolvidas. No Brasil, dentro da ideologia tradicional fundada sobre uma intensa elitização, foi muito fácil decidir-se pelo acentramento da elitização rural, optando-se por uma estratégia altamente concentradora da riqueza e da renda, indiscutivelmente geradora de subemprego e, a longo prazo, previsivelmente desnacionalizadora.

O projeto de mecanização, nos termos propostos pela Comissão

Brasil-Estados Unidos, teria de resultar no fortalecimento das grandes fazendas, na criação de novas e na ampliação das já existentes, à custa do desaparecimento e da incorporação às grandes, de muitas explorações menores. A tratorização exigiria outras práticas modernizadoras, como o uso de sementes selecionadas e fertilizantes químicos. Tratores, sementes selecionadas e fertilizantes químicos são insumos que, além de estarem apenas ao alcance dos agricultores ricos, só seriam obtidos, à época, via importações; e as importações precisariam de financiamentos estrangeiros. Depois das importações, viria a substituição das importações, naturalmente com a instalação no País de indústrias subsidiárias, donas de tecnologias avançadas, as quais, para aqui se instalarem, tiveram de ser favorecidas por concessões e incentivos.

Poucos atentavam para o absurdo dessas decisões, em um país que se curava pela abundância de terra e de mão-de-obra e pela escassez de capitais, quando a estratégia proposta tinha por objetivo poupar o que tínhamos em excesso e gastar o de que tínhamos falta. Optava-se por um modelo estratégico adequado à situação recente dos Estados Unidos, que haviam iniciado sua prosperidade agrícola, muitos séculos antes de nós, com uma bem planejada distribuição da propriedade e que, até atingir níveis elevados de mecanização, passaram por um longo período de acumulação de capitais apoiando-se na racionalização dos custos e na tração animal. A despeito desses evidentes contra-sensos, o modelo estratégico norte-americano foi então estabelecido. As importações de máquinas agrícolas e de tratores, que entre os anos de 1950 e 1953 ha-

viam alcançado, em média, 40 milhões de dólares, tiveram seu total elevado para 82,7 milhões de dólares em 1954. Uma Comissão Per-

manente de Revenda de Material, criada em 1947, que antes tinha funções fiscalizadoras dos programas de mecanização, passou a encarregar-se de fazer chegar os equipamentos às mãos dos agricultores interessados, que os compravam a preços de custo para pagamento em prestações no prazo de três anos.

Os resultados não foram compensadores. Os rendimentos de várias culturas, no ano de 1955, ficaram abaixo das médias dos anos de 1934/1938, como por exemplo o algodão, a batata-inglesa, o cacau, o café, o feijão, a mandioca e o milho, registrando-se pequenas melhoras apenas para o arroz e o trigo, de acordo com os dados oficiais*.

Além disso, havia-se exagerado na dose da comercialização dos equipamentos, do que resultou ficarem muitos agricultores, especialmente na área da triticultura, com disponibilidades de máquinas bastante superiores às suas necessidades e à capacidade financeira. Como se lê numa publicação de 1957, do Grupo Misto BNDE-CEPAL (10), somente nas grandes empresas se havia obtido um emprego eficiente dos equipamentos, enquanto que nas propriedades médias o aproveitamento deixava a desejar. As primeiras dispunham de um trator para 146 hectares, mas as segundas mantinham um trator para apenas 73 hectares. "Este excesso de potência - conclui o estudo - nas propriedades médias representava uma forte sobrecarga no custo da produção em virtude não só da maior quantidade de combustível empregada como também da depreciação e dos gastos de conservação". No que se refere às máquinas e implementos agrícolas, registravam-se quantidades excessivas de arados, grades, semeadeiras e colhedoras na maioria dos estabelecimentos até mesmo nas propriedades grandes.

- 5 -
Quadro 2Brasil - SETORES DA INDÚSTRIA ATUANTES NO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL 3

NÚMERO DE ORDEM NO CENSO INDUSTRIAL	GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	NÚMERO DE ESTABELE- CIMENTOS	NÚMERO DE EMPREGADOS	VALOR DAS MATÉRIAS-PRIMAS E MATERIAIS	VALOR DA PRODUÇÃO
				(Cr\$ 1.000)	
	<i>A montante da agricultura:</i>				
359	Máquinas e aparelhos para a agricultura	365	14 257	191 695	435 662
402	Tratores	11	2 458	234 598	332 890
844	Adbos, fertilizantes e corretivos do solo	188	7 626	551 867	937 972
167	Rações para animais	313	5 819	498 455	677 690
	<i>A jusante da agricultura:</i>				
577	Produtos de madeira	5 846 *	117 088	1 159 290	2 508 762
681	Papel e papelão	1 024	32 334	1 340 859	2 840 138
758	Couros e peles	397	18 201	346 631	637 599
916	Beneficiamento fibras têxteis vegetais	487	8 910	1 232 784	1 647 533
068	Beneficiamento e moagem de café, trigo, milho e outros	5 010	58 178	4 195 035	5 840 552
092	Conservas de frutas, legumes e refeições conservadas	653	16 931	444 587	768 773
105	Abate de animais	1 336	42 673	3 492 454	4 636 254
112	Conservas de carne	255	8 493	414 835	575 245
123	Leite e laticínios	944	21 888	1 805 989	2 570 147
128	Fabricação e refinação de açúcar	545	62 793	1 819 023	3 055 815
141	Padarias, confeitarias e pastelarias	6 881	42 162	831 149	1 440 692
146	Massas alimentícias e biscoitos	533	17 745	463 390	805 078
174	Bebidas	1 854	53 060	871 326	2 149 698
208	Fumo	95	14 393	408 506	1 114 765
152	Óleos e gorduras vegetais	119	9 538	1 212 157	1 641 918
	TOTAL	26 856	555 547	21 511 630	34 617 183

O poder das proteínas

II

Com a instalação das fábricas de tratores, fábricas de máquinas e implementos agrícolas mais sofisticados complementava-se a cadeia mediante a qual as indústrias supridoras e as indústrias processadoras passavam a controlar, pelos dois lados, a atividade agropecuária no Brasil. Estava, assim, definitivamente montado no país o poderoso complexo agroindustrial

Programa de mecanização deu um novo passo, no último terço da década de 1950, quando se inseriu no conjunto de metas do governo federal a criação no País de uma indústria de tratores e máquinas agrícolas. Foram oferecidas aos investidores estrangeiros vantagens tais como a importação sem cobertura cambial de máquinas-ferramenta, isenções de tarifas aduaneiras, além de câmbio favorecido para as amortizações e juros de financiamento. Os tratores começaram a aparecer nos primeiros anos da década seguinte e, já em 1967, as importações eram substituídas em mais de 90% dos suprimentos nacionais. Seis fábricas, entre elas a da Massey-Ferguson S.A., a maior produtora mundial de equipamentos agrícolas, estavam produzindo tratores de rodas e cultivadores motorizados.

Em 1970 o Censo Agropecuario acusava nos estabelecimentos a existência de 165.870 tratores. Em 1973 a produção nacional atingiu 37.106 unidades e as importações haviam sido reduzidas a números residuais.

Participação das multinacionais

Com a instalação no País das fábricas de tratores, das fábricas de máquinas e implementos agrícolas mais sofisticadas e das fábricas dos vários insumos modernos, completava-se o dispositivo mediante o qual as indústrias supridoras e as indústrias processadoras passavam a controlar, pelos dois lados, a atividade agropecuária. Estava, portanto, definitivamente montado o complexo agroindustrial, com os três subsistemas que o caracterizam e a cuja atuação já nos referimos no capítulo

Um exame das indústrias componentes desse dispositivo revelará uma particularidade grave a destacar: a forte participação que nele tem o capital estrangeiro. Como se verifica pela leitura do quadro nº 3 (pág. 11), ali aparecem 100 subsidiárias de empresas multinacionais, quer entre as indústrias supridoras de insumos, quer entre as indústrias processadoras de matérias-primas agrícolas.

Não haverá mal em insistir na gravidade da nova posição assumida pela agricultura, ao colocarse entre os dois poderosos grupos, por parte dos quais sofre crescente influência, tendendo a tornar-se cada vez mais dependente de ambos. De um lado, os agricultores são induzidos à utilização de insumos e processos agropecuarios que nem sempre são os mais indicados para seu nível de recursos e suas condições sócio-econômicas.

Freqüentemente, tentados por uma propaganda que lhes promete melhorias milagrosas na produtividade, aumentam desnecessariamente seus custos de produção e o valor de suas dívidas. Suas opções tecnológicas ficam limitadas aos tipos e marcas oferecidos no mercado, não sendo raros os casos de emprego ocioso de máquinas e de superequipamento. Tudo isso poderá explicar o fato de que o endividamento dos agricultores deva alcançar, em fins de 1976, a enorme cifra de 157 bilhões de cruzeiros, segundo previsão do diretor do Banco Central do Brasil (11).

De outro lado, as pressões dos compradores e processadores podem levar os agricultores à perda completa de sua capacidade de decisão, uma vez que tendem a plantar e colher os produtos que lhes forem estabelecidos, submetendo-se a preços e condições que lhes são impostos.

Acresce que as subsidiárias de multinacionais relacionadas no quadro nº 3 atuam no mercado em condições de monopólio ou oligopólio, o que torna o seu domínio dentro do complexo

agroindustrial ainda mais completo. Nessa lista, que embora numerosa está longe de ser exaustiva, figuram os grandes expoentes do *agribusiness* mundial, mostrados adiante, no quadro 4 (pág. 11) segundo a ordem de seu faturamento, no ano de 1975.

O poder das multinacionais

A Massey-Ferguson vende na Europa 41,1% de sua produção de maquinaria agrícola; na América do Norte, 36,0%; na América Latina, 6,9%; na África, 6,7%; na Austrália, 5,6%; e na Ásia, 3,7%. Essa firma, a mais importante produtora de equipamentos para a agricultura do mundo, controla cerca de metade do mercado canadense, onde os preços dos seus produtos eram, segundo inquérito da Royal Commission on Farm Machinery, realizado em 1968, entre 30% a 45% mais elevados do que os da Grã-Bretanha (12). No Brasil, sua fábrica controla o mercado com mais de 50% da produção total de tratores; e, quanto aos preços, apesar de escassos os dados comparativos, pode-se supor que, como acontece na indústria automobilística, eles corresponderão a aproximadamente o dobro dos preços do mercado internacional. Essa opinião coincide com a do Prof. William H. Nicholls que considera ser "o preço nacional duas vezes superior ao da Inglaterra, embora os preços brasileiros de certos implementos de tratores e de máquinas de tração animal fossem mais favoráveis" (13). Seu faturamento no Brasil, em 1975, foi a 2,9 bilhões de cruzeiros.

A Nestlé Alimentana estende sua rede de subsidiárias a 47 países. Seu faturamento no Brasil elevou-se a 3 bilhões de cruzeiros em

INDUSTRIAS E EMPRESAS MULTINACIONAIS

1975, ano em que suas principais fábricas, de laticínios, estrategicamente distribuídas por diversas bacias leiteiras, operaram 783.414 toneladas de leite natural, contra 685.643 toneladas no exercício anterior. A empresa mantém estreita ligação com seus fornecedores através de uma organização especializada, a Assistência Nestlé aos Produtores de Leite. "No ano agrícola 74/75 - lê-se no Relatório da Diretoria relativo a 1975 - a ANPL, através de seus técnicos, efetuou 24.649 visitas de orientação aos produtores nas diversas fases do seu trabalho. Verba equivalente a cerca de 2% do valor total do leite adquirido pela empresa, no mesmo período, foi canalizada para financiamentos rotativos aos produtores, que ainda se beneficiaram das granjas experimentais, materiais de ensino e atualização."

Recordemos que, em sua obra clássica, publicada em 1898 na Alemanha, Kautzky faz uma apreciação sobre as relações que a Nestlé começava a estabelecer num dos cantões da Suíça com os fornecedores de suas duas primeiras fábricas: "180 aldeias perderam sua autonomia econômica e se tornaram caudatárias da casa Nestlé. Os seus habitantes ainda são, exteriormente, proprietários de suas terras, mas já não são camponeses livres" (14).

Relações semelhantes são mantidas entre os produtores agrícolas e as indústrias processadoras dos vários tipos, e de modo especial, pelas empresas multinacionais que possuem, nesse gênero de operações, uma experiência inesgotável. A Companhia Souza Cruz (faturamento em 1975: 3,9 bilhões de cruzeiros), que, como se sabe, domina cerca de 80% do mercado nacional de cigarros, em seu rela-

Consoante declarações feitas a um semanário por um ex-inspetor da Souza Cruz, a empresa mantém um corpo de instrutores que atuam junto aos pequenos agricultores "visando a um bom nível de cooperação com a companhia". "O instrutor decide onde deverá ser instalado o viveiro para as mudas e fornece as sementes. O agricultor não pode escolher sementes de sua preferência, mas deve usar aquelas fornecidas pela empresa, segundo as pesquisas que só a empresa faz e segundo suas necessidades de variedades de fumo." As dívidas contraídas pelo agricultor, algumas a serem liquidadas a prazos de 5 anos, prendem-no à empresa durante todo esse prazo, levando o plantador a assegurar a exclusividade do fornecimento à empresa financiadora e compradora, da qual passa a ser um mero dependente (15).

A subsidiária da empresa norte-americana Anderson Clayton (faturamento em 1975 de 1,8 bilhão de cruzeiros) e a Sanbra (faturamento de 4,7 bilhões de cruzeiros), esta última pertencente ao grupo

Bunge y Born, iniciaram suas atividades no Brasil como exportadoras de produtos agrícolas, para depois ingressarem em larga escala no ramo industrial, tanto como processadoras de gêneros alimentícios quanto como supridoras de insumos.

Logo que se instalaram aqui, essas duas empresas, quase gêmeas, que vêm descrevendo trajetórias muito semelhantes, tiveram uma fase tipicamente "compradora", repetindo aqui os métodos de acumulação primitiva peculiares aos tempos coloniais. Atuavam ambas como maquinistas de algodão, vindo depois a transformar o caroço em óleo comestível e a exportar a pluma. Notabilizaram-se, em tal fase, pelo muito que se atriavam com os plantadores por causa de discordâncias de classificação, de peso e de preço. Referências a essas questões apareciam frequentemente na imprensa da época e uma publicação oficial, editada pelo governo do Estado de São Paulo, teve ocasião de fazer as seguintes considerações: "Grandes firmas novas, que estabeleceram sucursais no País, aliaram-se a grandes firmas velhas que exploravam a indústria de óleo de caroço de algodão, um dos mais lucrativos negócios aqui existentes.

Ampliaram usinas. Importaram máquinas com isenção de direitos alfandegários, constituíram-se num 'trust' ou numa 'entente' comercial. E passaram a comprar o algodão com larga margem de diferença sobre o custo. (...) "Noventa por cento das máquinas de beneficiar algodão já passaram para as mãos do trust, ainda que figurem sob o nome de firmas aparentemente autônomas. Dominados, dessa forma, os interme-

diários, o trust submete por fim o próprio agricultor, que fica na dependência dos preços vigentes, determinados pelas firmas internacionais, aliadas a algumas do País" (16).

Negócios mais lucrativos do que o óleo de caroço de algodão vieram a ser o óleo de amendoim e, mais tarde, o óleo de soja. A Sanbra, que se credita, em seu Relatório de 1975, um papel pioneiro como implantadora, no início da década passada, da cultura da soja no Estado do Paraná, mantém firmemente, ao lado da Anderson Clayton, posição dominante na produção e no mercado de óleos vegetais. Depois de terem contribuído para a substituição do consumo de gorduras animais pelas gorduras vegetais, as multinacionais dos óleos prosseguem em seu programa de modificação dos hábitos alimentares dos brasileiros empenhando-se na substituição do consumo da manteiga por sucedâneos artificiais. Para isso têm o concurso de outra poderosa multinacional, a Unilever, e as três, juntas, compõem o cartel das margarinas, cujo mercado lhes pertence.

Empregando mais de 7.000 pessoas em suas fábricas e escritórios espalhados por 75 municípios, de 13 Estados brasileiros, a Sanbra disputa uma situação de liderança na exportação de produtos agrícolas e no mercado interno de oleaginosas. Em 1975 esmagou 898.000 toneladas de soja, vendendo no País 125.000 toneladas de óleo e exportando 27.000 toneladas de soja em grão, 631.000 toneladas de farelo e 92.000 toneladas de óleo. Tendo modernizado seus métodos, sem desprezar os anti-

entes desempenha um papel inte-

grador no complexo agroindustrial brasileiro, tentando ampliar sua influência e seu domínio sobre os agricultores que lhes fornecem matérias-primas, através de um programa que chama de "fomento agrícola". Em suas propriedades nos Estados de São Paulo e Mato Grosso "vem testando novas variedades de soja e prestando efetiva assistência técnica aos agricultores". Sua participação na "Indústria de óleos" tem por finalidade "incrementar e fixar culturas como o algodão, soja, mamona, amendoim, girassol e outras" mediante o uso de sementes selecionadas. Na "Infaoil", com sede em Pernambuco, estende sua ação aos nove Estados do Nordeste (17).

No passado, os maiores moinhos do País, pertencentes ao grupo Bunge y Born, tinham em suas mãos o controle absoluto do trigo e da farinha. Hoje sua atividade moageira foi ampliada com a absorção do grupo J. Macedo e, por diferentes maneiras, o grupo continua a exercer poderosa influência no processamento da produção e da importação do trigo, beneficiando-se de todas as vantagens concedidas pelo Estado. Todavia sua posição foi de certo modo enfraquecida com o controle por parte do Governo Federal tanto da produção quanto da comercialização do trigo e com a consciência que se formou no País da importância da meta da auto-suficiência desse produto, a partir da campanha nacional contra os acordos dos excedentes norte-americanos, iniciada na década de 1940. Os moinhos, entre os quais os de pequeno porte são a grande maioria, reduziram seu número, nos últimos dez anos, de 452 para 211, acentuando-se a tendência para a concentração, o que corres-

ponde aos objetivos e aos interesses dos grandes moinhos, em permanente luta contra os chamados moinhos coloniais.

A Refinações de Milho Brasil que, entre outras atividades, tem a exclusividade da produção de malzena, instalou sua primeira fábrica em Mogiguaçu, onde são processadas 1.200 toneladas de milho por dia. Duas outras fábricas foram instaladas em Minas Gerais e Pernambuco. Nos Estados Unidos, sua matriz, a CPC International Inc., industrializa cerca de 40% da produção de milho, mas a metade de seu faturamento provém de suas subsidiárias no Exterior.

Uma das mais recentes participações no complexo agro-industrial é a das produtoras de rações, com o que o mercado nacional passou às mãos de quatro subsidiárias de empresas norte-americanas - Ralston Purina, Cargill, Central Soya e Anderson Clayton. A Cargill Agrícola S.A., que atua também no comércio exportador, acaba de montar em Santa Luzia, Minas Gerais, sua décima fábrica, com capacidade de produzir 15 mil toneladas de rações por mês. Outras subsidiárias, também de empresas norte-americanas (Arbor Acres, Avisco e H&N), tomaram conta do suprimento de matrizes avícolas depois de terem fracassado (ou de terem feito fracassar) as experiências de empresas brasileiras para criarem linhagens nacionais, recolocando-se nosso país na posição de importador de linhagens norte-americanas, das quais é dependente nossa produção avícola. Note-se que tanto no caso das rações quanto no das matrizes avícolas não estão em jogo tecnologias ou pesquisas genéticas fora do alcance das possibilidades dos produtores nacionais.

Trata-se no entanto de setores de alta lucratividade, disputados intransigentemente pelas multinacionais, que fogem o mais que podem dos riscos agrícolas, ou de quaisquer outros riscos.

As subsidiárias de multinacionais relacionadas no quadro abaixo atuam no mercado em condições de monopólio ou de oligopólio, o que torna o seu domínio dentro do complexo agroindustrial ainda mais completo. A Nestlé Alimentana, por exemplo, estende a sua rede de subsidiárias a 47 países e tem um faturamento no Brasil de 3 bilhões de cruzeiros (dados de 75). O agricultor que vive das compras dessas empresas perde o seu poder de decisão

Quadro Nº 4
GRANDES MULTINACIONAIS ATUANTES
- NO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

FIRMA	SEDE	MILHÕES
1 Ford Motor	Estados Unidos	24 009
2 Unilever	Reino Unido/Holanda	15 016
3 Hoechst	Alemanha Ocidental	8 462
4 E. I. Du Pont de Nemours	Estados Unidos	7 222
5 Nestlé	Suíça	7 080
6 British-American Tobacco	Reino Unido	6 146
7 Philips Petroleum	Estados Unidos	5 134
8 Fiat	Itália	4 882
9 General Foods	Estados Unidos	3 675
10 Borden Inc	Estados Unidos	3 367
11 Ralston Purina	Estados Unidos	3 149
12 Continental Can	Estados Unidos	3 102
13 Coca-Cola	Estados Unidos	2 873
14 CPC International	Estados Unidos	2 742
15 Philips Morris	Estados Unidos	2 564
16 Massey-Ferguson	Canadá	2 513
17 Gervais Danone	França	2 332
18 Pepsico	Estados Unidos	2 321
19 Standard Brands	Estados Unidos	1 800
20 Central Soya	Estados Unidos	1 789
21 Quaker Oats	Estados Unidos	1 389
22 Del Monte	Estados Unidos	1 279
23 Kellogg	Estados Unidos	1 214
24 Heublein	Estados Unidos	1 124
25 Anderson Clayton	Estados Unidos	879

1 - *Silvio Ferreira Rangel*, *O Café*, in *O Brasil*, vol. II, publicado pelo Centro Industrial do Brasil, 1908, Rio de Janeiro.

2 - *Silvio Ferreira Rangel*, op. cit.

3 - *Congressos Açucareiros no Brasil*, publicado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, 1949, Rio de Janeiro.

4 - Comissão Mista Brasil-Estados Unidos pra Desenvolvimento Econômico, Relatório Geral, 1º tomo, 1954, Rio de Janeiro.

5 - Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, op. cit.

6 - *Silvio Wanick Ribeiro*, *Desempenho do Setor Agrícola - Década 1960-70*, IPEA, 1973, Brasília.

7 - *Albert Fishlow*, *Distribuição da Renda no Brasil: um novo exame*, in *Dados*, nº 11, 1973, Rio de Janeiro.

8 - *Rui Miller Paiva*, *Os baixos níveis de renda e de salários na agricultura brasileira*, in *Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola*, IPEA/INPES, 1975, Rio de Janeiro.

9 - *Mecanização da agricultura*, Documento nº 14 do Conselho do Desenvolvimento, Rio de Janeiro.

10 - Grupo Mista BNDE-CEPAL, *Análise e projeções do desenvolvimento econômico*, 1957, Rio de Janeiro.

11 - *Jornal do Brasil*, 6 de outubro de 1976.

12 - *Jean-Claude Montigaud*, *L'agro-industrie canadienne et les firmes*, in *Economies et Sociétés*, nº 5, maio de 1971, Genebra.

13 - *William H. Nicholls*, *A economia agrícola brasileira: desempenho e política recente*, in *Tecnologia e desenvolvimento agrícola*, IPEA/INPES, 1975, Rio de Janeiro.

14 - *Karl Kautzky*, *A questão agrária*, edição Flama S.A., São Paulo.

15 - *Movimento*, edição de 2 de janeiro de 1976.

16 - apud *Nelson de Vincez*, *O algodão*, edição da Coordenação de Mobilização Econômica, 1944, Rio de Janeiro.

17 - *Relatório do 56º exercício encerrado em 29 de fevereiro de 1976*.

1-100 INDUSTRIAS SUBSIDIARIAS DE MULTINACIONALES ATUANTES NO COMPLEXO AGRINDUSTRIAL - BRASIL

NÚMERO DE GRUPO	EMPRESAS	CONTROL E/OU VINCULO ACCIONARIO	PRODUÇÃO PRINCIPAL
1	Indústria de Açúcar Murray-Ferguson do Brasil S.A.	Murray Ferguson Indus- tries, CAN	Trigo e alg. agrícolas
2	Valmet do Brasil S.A.	Valmet OY, FIN	Têxtil
3	Fiat Alfa Tratoras Máq. Sudoeste S.A.	Fiat SpA, ITA	Trator
4	Ford Brasil S.A.	Ford Motor Co., EUA	Trator
5	Ubralind S.A.	Phillips Petroleum Co., EUA	Adubo
6	Cia. Engenheiros de Adubo	Buchemisches Institut Bonn, SU1	Adubo
7	Fertilizantes Minas S.A.	Grupo Mitsui, JAP	Adubo
8	CBA - Ind. Fertilizantes S.A.	BASF, EFA, Rhona Engrais, e Prod. Chimiquet, FRA	Adubo
9	Quintreal Química Industrial Rio de Janeiro S.A.	Grupo Bunge y Bern, ARG	Adubo
10	Leite de Soja Realcei Grupos Latic.	Central Soya, Inc., EUA	Soja
11	Purina do Brasil Alimentos Ltda.	Kalman Purina Inc., EUA	Soja
12	Anderson Clayton & Cia. S.A.	Anderson Clayton Co., EUA	Soja
13	Cargill Agrícola S.A.	Cargill Inc., EUA	Soja
14	Sulamerit Agrícola S.A.	Grupo Bocklender, EUG	Soja
15	Arhar Arroz S.A.	Grupo Bocklender	Arroz
16	Grupos H. & N. do Brasil Ltda.	H. & N. Inc., EUA	Arroz
17	Arroz Arrozados, Com. e Ind. S.A.	Grupo Bocklender	Arroz
18	Biol Brastel S.A.	Biochemie Agilis and Sulphur A.G., EFA	Defensivos
19	Repar do Brasil Ind. Quím. S.A.	Furtenfabrik Bayer, EFA	Defensivos
20	Repar do Brasil Quím. e Farmacéu- tica S.A.	Fylbencke Hoechst A.G., EFA	Defensivos
21	Adubo Laboratório do Brasil Ltda.	Adon Laboratorios, EUA	Defensivos
22	Ciba-Geigy Química S.A.	Ciba-Geigy A.G., SU1	Defensivos
23	Da Poni do Brasil S.A.	Da Poni de Pequeno, EUA	Defensivos
24	Indústria de Açúcar Sul e Sudeste Algodão do Nordeste Brasileiro	Grupo Bunge y Bern, ARG	Algodão
25	Mantecados Flaminiano S.A.	Grupo Bunge y Bern, ARG	Farinha de trigo
26	S.A. Manteca Sarmiento Ind. Germ.	Grupo Bunge y Bern, ARG	Algodão
27	Manteca Farmacêutica Cia. Brax. Mangon	Grupo Bunge y Bern, ARG	Farinha trigo
28	Grande Manteca do Brasil S.A.	Grupo Bunge y Bern, ARG	Farinha trigo
29	Fortalva S.A.	Grupo Bunge y Bern, ARG	Farinha trigo
30	Manteca Pernambuco S.A.	Grupo Bunge y Bern, ARG	Farinha trigo
31	S.A. Manteca Engenheiros	Grupo Bunge y Bern, ARG	Óleo animal
32	Terra Manteca do Brasil S.A.	Grupo Bunge y Bern, ARG	Farinha trigo
33	Natal Industrial S.A.	Grupo Bunge y Bern, ARG	Farinha trigo
34	Cia. Sarcos Cera Ind. e Comércio	North American Talcote Co Ltd, SUN	Cigarras, fumo
35	Indústria Ind. de Fumo Ltd.	North American Talcote Co Ltd, SUN	Fumo
36	Phillips Minas Brasileira S.A.	Phillips Morris Inc., EUA	Cigarras
37	Cia. de Fumo Santa Cruz	Phillips Morris Inc., EUA	Cigarras
38	Indústria Cerveja Leão S.A.	Unilever Ltd., E.N. (Gelo e N.Y. 101)	Cerveja

39	União & Cia. Indústria de Produtos Alimentícios	União Alimentícia S/A	Alimentos
40	Alimentos Superiores S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
41	Cia. Brasileira de Chocolates	União Alimentícia S/A	Alimentos
42	Cia. de Alimentos Embalados	União Alimentícia S/A	Alimentos
43	Milho Alentejo e Bebidas S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
44	Andréoni Lavoura & Cia. S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
45	Lacteos Lona S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
46	Novosmex & Cia.	União Alimentícia S/A	Alimentos
47	Rafaelo de Milha Brasil Ltda.	União Alimentícia S/A	Alimentos
48	Produtos Alimentícios Lallo's Ltda.	União Alimentícia S/A	Alimentos
49	Pursey Alimentos Ltda.	União Alimentícia S/A	Alimentos
50	União Empreendimento Alimentício Ltda.	União Alimentícia S/A	Alimentos
51	Lacteos Prato de Leite S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
52	Leite Glória Ltda.	União Alimentícia S/A	Alimentos
53	Leite Glória do Nordeste S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
54	Prod. Aliment. Finchemann e Royal Ltda.	União Alimentícia S/A	Alimentos
55	Yakult S.A. Ind. e Comércio	União Alimentícia S/A	Alimentos
56	Ind. Beneficadora do Chi Ltda.	União Alimentícia S/A	Alimentos
57	Dominion S.A. Ind. e Comércio	União Alimentícia S/A	Alimentos
58	Cia. Ipanema de Café Solteiro	União Alimentícia S/A	Alimentos
59	Bullador de Oros Brasil S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
60	Produtos Alimentícios Adria S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
61	Kilow S.A. Indústria Alimentícia	União Alimentícia S/A	Alimentos
62	Edson do Nordeste S.A. Prod. Alim.	União Alimentícia S/A	Alimentos
63	Indústria Alimentícia Genaro	União Alimentícia S/A	Alimentos
64	Felix Prod. Alim. Indústria S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
65	Produtos Alimentícios Quaker S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
66	Conservas Paulista S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
67	Bela Frutas S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
68	Jansen Industrial S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
69	Conservas Alimentícias Ham S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
70	Swiss-Argem S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
71	S.A. Figueiras Anglo	União Alimentícia S/A	Alimentos
72	Império Distribuição Comercial S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
73	Marcos Fornecedor Empresa de Varejo	União Alimentícia S/A	Alimentos
74	Carvejarias Raizides Slat-Carato S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
75	Dairy S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
76	Duber S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
77	Distrib. Distribuidora de Alimentos Carato S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
78	Indústria de Bebidas Carato S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
79	Marte Bizard do Brasil (Brasil) S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
80	Martini Rio S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
81	Sergio & Sons Brasil Imp. Ind.	União Alimentícia S/A	Alimentos
82	Bona Bazaril S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
83	Grapes S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
84	Coca Cola Refrescos S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
85	Pepsi-Cola Refrescos Ltda.	União Alimentícia S/A	Alimentos
86	S.A. Carreira Carreira	União Alimentícia S/A	Alimentos
87	Chadler Industrial de Bebidas S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
88	Conservas Del Monte Ltda.	União Alimentícia S/A	Alimentos
89	L.F. Legumes Frutas do Brasil Ltda.	União Alimentícia S/A	Alimentos
90	VIT-Ind. Bras. de Trigo Ltda.	União Alimentícia S/A	Alimentos
91	Liggett & Myers do Brasil Cigarette Ltda.	União Alimentícia S/A	Alimentos
92	Filipha Comercial S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
93	Cook Indústria de Conservados Ltda.	União Alimentícia S/A	Alimentos
94	Campbell do Brasil Ind. Com. Ltda.	União Alimentícia S/A	Alimentos
95	Aracruz Celulosa S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
96	Champion Paper Celulosa S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
97	Cia. Industrial Paper Proby	União Alimentícia S/A	Alimentos
98	Mullins Indústria de Molinos S.A.	União Alimentícia S/A	Alimentos
99	Alimentos Alentejo Ltda.	União Alimentícia S/A	Alimentos
100	Mais Produtos Alimentícios Ltda.	União Alimentícia S/A	Alimentos